

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17085 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 05 - Educação e Infância

A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A REPERCUSSÃO NA QUALIDADE DO ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS

Cleonice Maria Tomazzetti - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Vanessa Medianeira da Silva Flôres - UFPR - Universidade Federal do Paraná

### **A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A REPERCUSSÃO NA QUALIDADE DO ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS**

**RESUMO:** o presente trabalho versa sobre a gestão escolar democrática em interlocução com a qualidade da educação infantil. Apresentamos os resultados da pesquisa de Mestrado realizada em Município da região central do Rio Grande do Sul COM seis instituições públicas municipais. A abordagem metodológica qualitativa foi adotada para o desenvolvimento da pesquisa, sendo utilizado questionários semiestruturados aplicados diretamente com gestoras e professoras das instituições pesquisadas para a coleta de dados e análise documental. O aporte teórico está baseado em Barbosa (2009) na Política Nacional de Educação Infantil (PNEI) (2006) e Indicadores Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (IQEI) (2009). Ainda nas produções de Lück (2006) e nas bases legais vigentes acerca da gestão escolar democrática. Com este estudo evidenciamos que os princípios e mecanismos de gestão escolar democrática necessitam ser aprofundados nas instituições pesquisadas. Concebemos que a gestão escolar democrática perpassa todo o cotidiano da instituição de educação infantil e deste modo possui interlocuções com a qualidade do atendimento as crianças que se vinculam as intencionalidades educativas e repercutem nas práticas pedagógicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Infantil. Gestão Escolar Democrática. Qualidade na Educação Infantil.

A educação infantil se configura como um campo de conhecimento no qual os estudos sobre as infâncias, as crianças e as especificidades da atuação dos diversos atores que compõem o cotidiano da escola revelam as potencialidades desta etapa educativa. Assim, constitui-se em um universo de possibilidades para a criança, pois esta vivencia, cria e (re)cria, constrói conceitos e conhecimentos através das interações e das brincadeiras conforme disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 2009). Nesta perspectiva apresentamos o presente trabalho que traz os resultados da pesquisa de Mestrado realizada em município da região central do Rio Grande do Sul - RS com professoras e gestoras de instituições públicas municipais de educação infantil, buscamos compreender como ocorre a gestão escolar na educação infantil, analisando a presença de

princípios e mecanismos democráticos nas instituições pesquisadas e suas relações com a qualidade da educação infantil a partir da interlocução com as políticas públicas.

É primordial refletir sobre a gestão escolar, visto que esta evidencia concepções educacionais e intencionalidades que tem reflexo no fazer cotidiano da instituição. Segundo Campos et al. (2011), as decisões que perpassam o âmbito da gestão escolar podem influenciar o trabalho pedagógico que é desenvolvido junto às crianças. Por isso, compreender e analisar os princípios e mecanismos de gestão escolar democrática, o entrelaçamento desses com as políticas públicas e a qualidade da educação infantil se constitui em tarefa fundamental, devido à amplitude de interpretações que se delineiam acerca de sua natureza e se traduzem em atuações distintas.

Lück (2006) afirma que a gestão escolar, compreendida e desenvolvida segundo os princípios democráticos, consolida-se como condição essencial para que a comunidade escolar participe efetivamente do processo de tomada de decisões nas instituições e articula ações que busquem transformar o cotidiano, a partir do tripé pedagógico-administrativo-financeiro.

A problemática da pesquisa questionou quais princípios e mecanismos de gestão escolar democrática estão presentes no cotidiano das instituições pesquisadas e qual a repercussão na qualidade da educação infantil, e como objetivo geral indicou: Investigar os princípios e mecanismos de gestão escolar democrática presentes nas seis instituições públicas de educação infantil pesquisadas, tendo como referência a Lei Municipal de Gestão Escolar Democrática e a repercussão na qualidade da educação infantil.

A fim de apreender a complexidade dos objetivos do estudo, realizamos uma pesquisa de campo utilizando como instrumento para a coleta e produção de dados um questionário composto de questões abertas e fechadas com as diretoras e uma professora de cada uma das seis instituições, bem como análise documental constituída, principalmente, pela Lei Municipal de Gestão Escolar Democrática que possui interface com a educação infantil e pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) das unidades escolares pesquisadas.

Neste sentido, é preciso pensar a qualidade na educação infantil articulada às políticas públicas da qualidade, o que põe em evidência o conceito de qualidade e o arcabouço teórico que o mesmo traz. Portanto, na educação, a qualidade traz consigo as bases epistemológicas nas quais está ancorada, e necessita ser refletida e buscada com suporte teórico, de outro modo corremos o risco de nos distanciarmos cada vez mais da qualidade do atendimento que objetivamos, mascarada por ações pontuais e desconexas. Assim, a qualidade não pode ser vista como única e universal, pois está intrinsecamente ligada aos valores e contextos aos quais se vincula (MOSS, 2002. p.17).

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (PNQEI) (2006) e Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (PBIEI) (2006) se constituem em documentos essenciais para a efetivação dos objetivos desta Política. Assim

como os IQEI (2009) e as atuais DCNEI (2009) que se entrelaçam e compõem o arcabouço teórico e legal da política atual para as crianças no Brasil.

Os IQEI (2009), além de fazer o diagnóstico da realidade da instituição, orientam para a construção coletiva do plano de ação e para a busca da melhoria da qualidade da mesma, são fundamentais à medida que vão ao encontro dos princípios democráticos, valorizando e promovendo a participação da comunidade escolar e a autonomia da instituição na definição de seu destino.

Neste sentido, no estudo refletimos sobre a qualidade da educação infantil das instituições municipais, tendo como ponto de referência os princípios e mecanismos de gestão escolar democrática presentes na legislação municipal e em articulação com a política nacional sobre a qualidade da educação infantil.

A gestão escolar democrática foi instituída no Brasil pela CF (1988), artigo 206, segundo a qual o ensino público será ministrado com base nos seguintes princípios: inciso VI – “a gestão democrática do ensino, na forma da lei”. A LDB (1996) regulamenta este princípio através do artigo 14 “os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as peculiaridades e conforme os seguintes princípios”, inciso I “participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola”, inciso II “participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.” Deste modo, a LDB (1996) transfere aos sistemas de ensino a incumbência de normatizar a gestão escolar democrática, neste sentido o município pesquisado instituiu a gestão escolar democrática através de Lei Municipal no ano de dois mil e três.

A promoção da gestão escolar democrática segundo os princípios da participação, da autonomia e da descentralização, que tem como característica a construção cotidiana mediante a ação coletiva e a ampliação do processo decisório, se torna premente e constitui-se em oposição à gestão autoritária que decorre do excesso de burocratização e centralização do poder.

A partir da definição dos princípios orientadores para a concretização da gestão escolar democrática são identificados os mecanismos capazes de concretizar tais princípios. Vale ressaltar que neste estudo, mecanismos são compreendidos como as formas ou instrumentos utilizados para materializar os princípios de gestão escolar democrática, anteriormente citados. Os principais mecanismos presentes na gestão escolar democrática são o PPP, Conselho Escolar, Eleição de Diretores, Regimento Escolar, Plano de Aplicação de Recursos e Avaliação através de indicadores, no caso específico deste estudo o documento IQEI (2009).

Acreditamos que a legislação municipal citada está em consonância com os pressupostos democráticos. No entanto, ressaltamos que é necessário evidenciar como está sendo concretizada na prática das instituições. A pesquisa em seis escolas pertencentes à rede

municipal de educação, sendo que o questionário foi respondido por seis diretoras e seis professoras, totalizando doze participantes.

Para a análise dos resultados das questões apresentadas no instrumento se delimitou categorias que foram construídas ao realizar o aprofundamento teórico deste estudo, o que possibilitou a compreensão dos princípios e mecanismos de gestão escolar democrática nas instituições pesquisadas e a repercussão na qualidade da educação infantil.

Os dados levantados e analisados evidenciaram que o conhecimento das participantes acerca dos princípios orientadores de gestão escolar democrática pode ser definido como frágil, bem como sobre os mecanismos que são responsáveis pela concretização dos princípios da gestão escolar democrática, que ainda não estão consolidados nas instituições pesquisadas. Verifica-se que estes são compreendidos e vivenciados mais como aspecto burocrático e não como aspectos importantes no cotidiano das instituições.

A pesquisa revelou que a participação, principalmente das famílias, se restringe a atividades pontuais nas quais são questionados sobre algumas decisões da instituição, porém trata-se, em geral, de decisões periféricas.

Também verificamos que as crianças não são consideradas pela grande maioria das diretoras e professoras na efetivação da gestão escolar democrática, o que é indicador da baixa participação destas, ou de uma participação como presença. Conforme Lück (2006), nesta forma de participação o indivíduo é considerado participante pelo fato de fazer parte do grupo ou organização independente de sua atuação ser cogitada.

Acreditamos que a pesquisa explicita isso: as crianças participam porque são integrantes do ambiente escolar, mas suas especificidades e seu protagonismo não são considerados como elementos centrais das decisões no cotidiano das instituições; as crianças são potentes, ativas e devem participar das decisões que impactam a gestão da instituição.

Isso revela também que a concepção de criança nas instituições pesquisadas necessita ser ampliada do ponto de vista da contemporaneidade social e educacional, e merece passar por uma mudança de paradigma, ao mesmo tempo em que as especificidades da educação infantil devem ser aprofundadas, estendendo estas para as propostas pedagógicas, cuja base epistemológica seja constituída de crianças e de suas agências.

Essa constatação referente às especificidades da educação infantil e à formação dos professores para atuar nesta etapa também está sinalizada pela pesquisa, a qual mostra que, mesmo todas as participantes possuindo formação inicial e continuada na área, há um descompasso histórico com as concepções de criança, infância e pedagogias da infância contemporâneas, parece-nos que a formação inicial não tem sido capaz de questionar e abalar as práticas educativas com as crianças, assim como os processos de formação continuada tem sido pouco eficazes na diminuição dessa distância entre as pesquisas e a realidade da maioria das instituições diante das especificidades da educação infantil.

A pesquisa revelou que os mecanismos de gestão estão atrelados a questões burocráticas no cotidiano das instituições, e não são concebidos como condição de educação de qualidade. Outro ponto importante que a pesquisa indica se refere à base legal da educação infantil na qual também expressa descompasso entre os avanços conceituais presentes nas políticas públicas para esta etapa educativa nos últimos anos e a sua materialização no cotidiano da escola.

Esse é um ponto fundamental, pois se relaciona com a qualidade da educação infantil na qual a pesquisa nos mostra que as instituições possuem um conhecimento restrito acerca dos IQEI (2009). Tal documento a nosso ver se configura em instrumento fundamental, uma vez que as dimensões e indicadores explicitados no mesmo abordam questões essenciais para educação Infantil e apontam reflexões sobre a qualidade desta etapa educativa na sua totalidade. Além disso, os IQEI (2009) se concretizam como mecanismo democrático que fomentam a discussão coletiva e a participação.

Salientamos também a importância de as profissionais da educação participarem como autoras/protagonistas na (re)construção, avaliação e acompanhamento das políticas públicas através de espaços de debates e discussões, pois compreendemos que as políticas públicas se entrelaçam no cotidiano das instituições e são fundamentais para a prática pedagógica, mas também temos consciência de que as políticas e as Leis, sozinhas, tem potencial limitado de produzir mudanças na realidade.

Por fim, acreditamos ser necessário empreender esforços na busca pela consolidação dos princípios e mecanismos da gestão escolar democrática nas instituições públicas municipais de educação infantil em prol da melhoria da qualidade do atendimento as crianças pequenas. Neste sentido, concebemos que a gestão escolar democrática perpassa todo o cotidiano da instituição de educação infantil e, deste modo, apresenta interlocuções com a qualidade do atendimento das crianças ao vincular as intencionalidades educativas que repercutem nas práticas pedagógicas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Ministério da Educação. Brasília. 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação**. Brasília: MEC/SEB, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Parecer CEB nº20/09 e Resolução CNE/CEB nº05/09. Brasília.2009.

\_\_\_\_\_. **Práticas Cotidianas na Educação Infantil.** Ministério da Educação. Brasília. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.** Brasília:MEC/SEB, 2009.

CAMPOS, M. M. et al., **A qualidade da educação infantil: um estudo em seis capitais brasileiras.** Cadernos de pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 41, n. 142, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/SvLkMwNjzY88MZpXYs9v4qR/abstract/?lang=pt> Acesso em: 01/08/24.

LÜCK, Heloísa. **Gestão Educacional: Uma Questão Paradigmática.** Petrópolis: Vozes, 2006.

MOSS, P. **Para além do problema com qualidade.** In: MACHADO, Maria Lúcia de A. (org). **Encontros e desencontros em Educação Infantil.** São Paulo: Cortez. 2002.